

ATA nº 26 – Conselho Administrativo

Da reunião Extraordinária do Conselho Administrativo do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte, realizada aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às 14h no prédio da UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville, sala A227B – Joinville/SC. A Sra. Presidente – Geól.^a Mônica Lopes Gonçalves, abriu a reunião, saudou os presentes, apresentou a pauta do dia e mencionou o envio da ata da última reunião para leitura dos presentes, sendo que esta foi aprovada sem ressalvas. Deu-se então início a reunião, onde entidades convidadas fizeram presença: Britador Hübner Ltda. – Sr. Hilton Fischer e Sr. Luiz Alceu Maranhão; Defesa Civil – Sr. Jonas André Schmalz; FATMA – Sr. Tarcísio Possamai; a Presidente, justificou a presença das entidades convidadas, visto estas estarem diretamente relacionadas ao assunto a ser discutido que refere-se ao desassoreamento do leito do rio Quiriri, onde o Comitê recebeu uma carta do Britador Hübner Ltda, datada de vinte e oito de julho de dois mil e cinco, onde solicita o parecer do CCJ para realização da obra, visto que a FATMA – Fundação do Meio Ambiente, condiciona a emissão da licença ao posicionamento do Comitê. Conforme a Presidente, o CCJ veio para democratizar os processos de gestão territorial em relação aos conflitos de água, e o posicionamento da FATMA em ouvir o comitê deve ser considerado um marco na história, visto que este é um fato inédito no estado, ouvir-se um Comitê para emissão da licença ambiental. Dito isto a Presidenta proferiu a leitura do Capítulo II do Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte, colocando que o conflito envolve três partes: extração mineral x água x segurança da população. Desta forma para o debate a Sra. Presidente instituiu o tempo de dez minutos para que cada entidade pudesse se manifestar sobre o tema em questão – desassoreamento do leito do rio Quiriri. Com a palavra o Geól.^o Tarcísio Possamai – FATMA, expôs a que o projeto se refere, sendo o licenciamento total da área de 2Km, mas com a primeira etapa a ser licenciada compreendendo uma extensão de apenas 500m. Todavia, salientou que o licenciamento será concedido pela FATMA de acordo com a manifestação do Comitê. Com a palavra o Sr. Jonas André Schmalz – Defesa Civil, colocou que não tomou parte do corpo técnico pra avaliar tal situação no que refere-se a rios, encaminhando esta avaliação a FATMA, onde definiu-se o que deve ser feito, como deslocamento de pessoas, entre outros, e nesta área sim a defesa civil poderá atuar. Com a palavra o Sr. Luiz Alceu Maranhão – Britador Hübner Ltda., colocou que o projeto foi solicitado pela própria comunidade local, através da Defesa Civil, para elaborar o projeto. O referido geólogo relatou que teve que caminhar pelo leito do rio, visto existirem áreas de difícil acesso, verificando que em períodos de cheia as raízes das árvores sofrem com a erosão, o canal do rio não é fixo e isto se daria com a recomposição da mata ciliar, acima da propriedade do “Golden Fish”. Um pouco acima a propriedade do Sr. Orlando Larsen, houve desvio da margem esquerda, ocasionando a formação de uma ilha. Na calha do rio existe o deslocamento de blocos de 60 - 70 cm de diâmetro atualmente. Atuando-se dentro da calha do leito pluvial, onde os blocos maiores seriam deslocados para a margem esquerda para provocar o enroncamento, seria a medida razoável.

Entretanto tem-se agora a visão de deixar alguns blocos no leito do rio, no intuito de criar uma ferramenta de freio, com o objetivo de reduzir a velocidade do rio em períodos de cheia. Pretende-se desassorear acima e para resolver vê-se a colocação de blocos ao longo dos 500m, que na verdade são apenas 380m afetados. O enroncamento do lado direito não está visível e também pode estar comprometido. Acima deste ponto têm locais que precisam receber enrocamento. No mapa apresentado, pode-se ver uma curva acentuada do rio e um estrangulamento quando a água bate diretamente na rocha. Em seguida os mapas foram expostos e uma visualização dos locais pôde ser constatada pelos presentes. Em posse da palavra o Sr. Tarcísio Possamai, colocou que existe um processo histórico de impacto ambiental e pretende atender as legislações, verificando os pareceres que envolvam o fórum ideal para este aval, colocou também que os projetos na FATMA são públicos. O Sr. Maranhão colocou que o Geól.º Mário Vieira Alano (FATMA / Florianópolis) elaborou o parecer a pedido da FATMA de Joinville, conforme o Sr. Tarcísio, devido ao acúmulo de funções e o trâmite interno e urgência na elaboração do parecer solicitado pelo Ministério Público Federal, optou-se por solicitar o auxílio ao técnico de Florianópolis que acompanhou o projeto em loco para elaboração do parecer. A Presidente questionou o Sr. Orlando Larsen – representante da comunidade local, sobre o efetivo risco de vida para as pessoas, onde este informou que a maior enchente no Quiriri aconteceu em 1972, onde um total de 13 propriedades foram atingidas mas ninguém morreu, e com o incremento de 30cm todas as casas estariam cobertas pela lâmina d'água, croquis confeccionados foram enviados por ele à FATMA, com o risco de uma nova enchente nas mesmas proporções acredita serem 7 propriedades diretamente afetadas. A enchente de 1995, não foi tão impactante na região do Quiriri e também não houve morte. Quando questionado sobre a aprovação do desassoreamento, colocou que é favorável, visto que até o momento nenhuma medida efetiva foi tomada por parte dos órgãos competentes, visando evitar tragédias no local. O Sr. Valdir Prochnow, representando o Sr. Fábio Alexandre Dalonso – Câmara de Vereadores de Joinville, questionou o Sr. Orlando Larsen, sobre o provável motivo que originou o acúmulo de material no leito do rio e quantas vezes o mesmo já foi desassoreado, em resposta o Sr. Orlando Larsen, informou que o volume do rio tem um fluxo fraco que ocasiona o alojamento do material mais fino; e quanto ao desassoreamento, colocou que este processo foi realizado em 1995 e antes houve um trabalho paliativo realizado pela empresa Cubatão Dragagens, espalhando-se a ilha ali formada, atualmente o acúmulo de material está beirando os 2m. Colocou-se que em 1995 foi realizado um trabalho de enroncamento autorizado pela FATMA, corroborado pela FUNDEMA, após o desassoreamento do leito do rio. Com a palavra o Sr. Maranhão, colocou que em 1995 foi feito um trabalho em situação extrema. Todavia, deve-se identificar os pontos e retirar os materiais depositados sempre, situação que já ocorre no encontro dos rios Quiriri e Cubatão; outro fator que contribuiu foi o acelerado desmatamento. A Sra. Nilsa Schroeder Gramkow, representante da ONG Vida Verde, citou o documento do Ministério Público Federal, Informação Técnica nº 116/02 – 4ª CCR, datada de 14 de setembro de 2002, página 12, para embasar seus questionamentos: Tem EIA/RIMA da bacia? Alguém já faleceu? Existe risco de vida? Em virtude da abordagem surgiram os seguintes

comentários: Tarcísio – O Sr. Jorge Gomes do Cravo Barros participou de um mapeamento com todos os pontos críticos e discutiu-se então a questão do risco de vida. Quanto a questão do EIA/RIMA, já se fizeram considerações e existe uma certa precaução quanto a atividade mineradora em si, pois se está dentro de uma APA, pois atividades legais ou não comprometem a bacia. Todavia, ainda não tem-se um estudo, originando documento técnico. No Quiriri ainda não morreu ninguém, vitimado de enchentes. E o risco de vida envolve um montante de 30 à 40 pessoas das propriedades locais. Quanto ao Sr. José Mário Gomes Ribeiro – Vice Presidente, deve-se levar em conta o bom senso, visto os riscos eminentes de enchente; entretanto, a fiscalização do processo é um problema evidente. Houve também a manifestação do Sr. Idalécio Sumeck, representante da Associação de Moradores Dna. Francisca, que considera o poder público inoperante e esta parceria é benéfica à comunidade local, antes que as famílias que ali residam sejam prejudicadas. Se a condicionante for realocar as pessoas que ali residem, deve-se angariar verba para tal feito se efetive e planejá-lo, para que este processo aconteça gradativamente, sem prejuízos aos moradores e ao meio ambiente. O Sr. Adriano Stimamiglio – AMAE (Agência Municipal de Águas e Esgoto), comentou que deverá haver recuperação da mata ciliar nos locais onde ocorrerá o processo de enronçamento, uma vez que houve remoção de material. Em resposta, o Sr. Maranhão colocou que o processo de enronçamento torna difícil a recomposição das margens e este processo deve dar-se naturalmente com as cheias que trazem o material que poderá auxiliar no desenvolvimento da mata ciliar. O Sr. Maranhão, lembrou também que o SOS Nascentes vem efetuando a roçada no sub-bosque que se formou onde mudas de árvore foram por ele plantadas, o que vem a prejudicar o desenvolvimento natural da mata ciliar. Existe também a pressão das pessoas que ocupam as margens para lazer e passam herbicida para manter a vegetação rasteira, encontra-se também muito lixo nas margens. No que refere-se a turbidez a jusante, deverá ser feito um trabalho em conjunto com a Companhia Águas de Joinville – Captação, para verificar se existe algum fator que afete a turbidez. Todavia, o Sr. Adriano comentou que a granulometria dos sedimentos não chega até a ETA – Estação de Tratamento de Afluentes; entretanto, o Sr. Maranhão colocou que a ilha já tem formação de solo e para não prejudicar a turbidez esta deve sofrer acompanhamento. A Sra. Nilsa questionou o Sr. Maranhão sobre o estudo de hidrodinâmica do rio e uma evidência de descumprimento de projeto em cava no leito do rio Seco, onde inclusive houve lavra de auto de infração por parte da FATMA, atualmente o processo está correndo com acompanhamento dos advogados, comentou o Sr. Tarcísio. O Sr. Maranhão justificou-se que o volume dos blocos prejudicavam os trabalhos da máquina, e a correção já foi efetuada. Quanto a hidrodinâmica do rio pode ser executada, entretanto é um estudo caro, que requer fundos de maior grandeza, onde o Comitê poderá atuar como agente interveniente. Quando questionado sobre a curva de bambu na propriedade do Sr. Neitzel, o Sr. Orlando Larsen, confirmou que funciona como instrumento de defesa da degradação da margem. O Sr. Jonatas A. Schmalz, se manifestou sobre o não conhecimento da Defesa Civil em relação a emissão de documento solicitando o desassoreamento do leito do rio Quiriri por parte deles. O Sr. Tarcísio consultou o projeto MIN/678/CRN – Britador Hübner Ltda. que deu origem as discussões e verificou que existe

documento citando a solicitação da Defesa Civil como anexo, entretanto, esta não constava anexa ao referido projeto. O Geóg.^o Fabiano Antônio de Oliveira, questionou o Sr. Maranhão sobre: risco de inundação, quantidade de propriedades à jusante e risco de danos com inundação, e qual a cubagem do material a ser retirado. Em resposta o Sr. Maranhão colocou respectivamente: se reduz o risco de inundação, mas garantia é impossível fornecer; o risco é considerado irrelevante; a cubagem ainda não foi fechada e este valor poderá ser levantado. Com a palavra o Sr. Nelson Wendel – ONG Vida Verde, comentou que o diagnóstico e o estudo de impacto ambiental não consideram o ecossistema florestal. A Presidente elaborou considerações alicerçada ao documento do Ministério Público Federal – Informação Técnica nº 170/03 – 4ª CCR, datado de 30 de setembro de 2003, onde foram demarcados os pontos críticos na bacia do rio Cubatão, sendo que quatro destes pontos tem sua incidência no rio Quiriri: 17, 19, 20 e 21, na página 37 do mesmo documento, quando de intervenção emergencial, esta deverá ser determinada pelos órgãos de meio ambiente FATMA e/ou FUNDEMA e Defesa Civil. O projeto será executado de jusante para montante e deverá sofrer interrupções em sua sequência para análises e aprovação da FATMA. No rio acima quase não tem que se tirar nada, de material e somente será necessária a correção, o que não será feito à toque de caixa, serão pequenas quantidades retiradas por mês, a batimetria também não foi realizada até o presente momento – conforme palavras do Sr. Maranhão. O Sr. Henrique Correa, voltou a lembrar que será necessária levantar a cubagem do material a ser retirado do leito do rio Quiriri e informar também a Cubatão Dragagens, que é a detentora do título de lavra. A Presidente então agradeceu a presença dos convidados presentes e solicitou que apenas continuassem em reunião os integrantes do conselho administrativo para que este pudesse chegar a um consenso, com a saída dos convidados abriu-se a palavra para debate onde cada conselheiro manifestou-se e apresentou seu voto em relação ao desassoreamento do leito do rio Quiriri, o Sr. Henrique Correa – Cubatão Dragagens, posicionou-se favorável à obra; a Sra. Elaine Cristine Scheunemann Fischer – Secretária Executiva, absteve-se de voto; o Sr. Nelson Wendel – ONG Vida Verde, concedeu voto contrário; o Sr. Adriano Stimamiglio – AMAE, absteve-se de voto; o Sr. Idalécio Sumeck – Associação de Moradores Dna. Francisca, posicionou-se favorável à obra; a Sra. Mônica Lopes Gonçalves – Presidente, concedeu voto contrário; como houveram então 2 votos pelo sim, 2 votos pelo não e 2 votos de abstenção, acordou-se entre os presentes levar a votação à Assembléia. Entretanto, deverá primeiramente ser remetida correspondência ao Britador Hübner para que possa o comitê receber maiores detalhamentos sobre o projeto para haver subsídios de avaliação quanto a apreciação dos fatos pela Assembléia, assim sendo ficam pendentes os itens à serem informados pelo Britador Hübner Ltda., em um prazo de 30 dias à contar da emissão da correspondência, sendo que se a obra não for mais executada, também deverá ser informado ao Comitê para que este encerre então os processos de avaliação do caso: 1) Cubagem do material a ser extraído nos 500m a serem licenciados; 2) Diagnóstico das causas do processo de assoreamento; 3) Correlação dos pontos críticos detectados pelo Ministério Público Federal (MPF), na vistoria realizada em 30 de setembro de 2003, especificamente os pontos 17, 19, 20 e 21, com o trecho de 500m a ser licenciado; 4) A batimetria do trecho de 500

metros; 5) Estudo das conseqüências da mineração para montante e para jusante da obra, além das margens do trecho; 6) Soluções alternativas ao desassoreamento; 7) Parecer da FUNDEMA e Defesa Civil, concordando que o trecho a ser degradado apresenta pontos críticos de acordo com o item 5.5 da Informação Técnica 170/03 – 4ª CCR, de 30 de setembro de 2003. O Comitê irá aguardar a manifestação do Britador Hübner para agendar a Assembléia que irá votar sobre o desassoreamento do leito do rio Quiriri. Sem que mais ninguém fizesse uso da palavra, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião da qual segue lavrada a presente ata.

Joinville, 15 de agosto de 2005.

Mônica Lopes Gonçalves
Presidente

Elaine Cristine Scheunemann Fischer
Secretária Executiva